

Banco Komatsu do Brasil S.A.

**Demonstrações Financeiras
de 31 de dezembro de 2018 e
2017**

Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	11

Relatório da Administração

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A., referente ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com a legislação vigente, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ouvidoria

O Banco Komatsu, em conformidade com as disposições da Resolução nº4.433/15, do Conselho Monetário Nacional, mantém o componente organizacional de ouvidoria. Trata-se de um canal de comunicação entre o banco e seus clientes, que busca o aprimoramento de nossos procedimentos e rotinas, assim como o aperfeiçoamento de nossos produtos e serviços.

Desempenho

O Banco Komatsu tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos distribuídos pelo grupo Komatsu no Brasil.

O valor presente da carteira de operações de crédito, no encerramento do exercício, foi de R\$ 158,7 milhões e o valor presente da carteira de arrendamento mercantil de R\$ 19,8 milhões.

O lucro líquido no período foi de R\$ 1,01 milhões e o patrimônio líquido de R\$ 99,1 milhões, com o índice de Basileia de 42,98 %.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas e clientes pelo apoio e confiança e aos nossos colaboradores pelo seu comprometimento e dedicação.

A administração

São Paulo, 12 de março de 2019



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores do
Banco Komatsu do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Komatsu do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 3.g e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-14428/O-6



Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

	NOTA	2018	2017		NOTA	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		115.760	70.735	PASSIVO CIRCULANTE		97.692	26.782
Disponibilidades	4	18	12	Depósitos	11	5.426	5.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4/5a	41.192	20.735	Depósito a Prazo		5.426	5.157
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		41.192	20.735	Instr.Finan.Derivativos	6a	1.495	-
Títulos e Vlr's Mobiliários Instr.Finan.Derivativos	6a	3.262	5.083	Swap		1.495	-
Títulos de Renda Fixa		-	5.083	Obrigações p/Empréstimos no Exterior	12	83.345	16.634
Swap		3.262	-	Empréstimos no Exterior		83.345	16.634
Operações de Crédito	7	68.577	43.234	Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	2.564	1.998
Setor Privado		66.094	41.480	Finame		2.564	1.998
Finame		2.586	1.992	Outras Obrigações	14	4.862	2.993
Empréstimos		1.478	299	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5	20
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.581)	(537)	Fiscais e Previdenciárias		2.249	884
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(57)	(5)	Credores por Antecipação de Valor Residual		365	117
Arrendamento Mercantil		5.876	1.847	Pagamento de Pessoal		1.953	1.471
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(5.876)	(1.833)	Provisão pagamentos Despesas Administrativas		92	101
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(57)	(19)	Fornecedores a Pagar		198	400
Outros Créditos	8	2.738	1.537				
Rendas a Receber		333	121				
Crédito Tributário		603	672				
Impostos e Contribuições a Compensar		1.046	619				
Diversos		756	125				
Outros valores e Bens	9	30	139				
Despesas Antecipadas		30	139				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		88.665	58.149	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		24.627	6.011
Operações de Crédito	7	87.745	57.853	Obrigações p/Empréstimos no Exterior	12	19.456	-
Setor Privado		83.293	52.507	Empréstimos no Exterior		19.456	-
Finame		5.171	6.011	Obrigações p/ Repasses País - Instituições Oficiais	13	5.171	6.011
Empréstimos		115	-	Finame		5.171	6.011
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(834)	(665)				
Operações de Arrendamento Mercantil	7	(141)	(26)				
Arrendamento Mercantil		19.011	2.815				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(19.011)	(2.815)				
(-) Provisão p/Arrend.Merc.de Liquidação Duvidosa		(141)	(26)				
Outros Créditos	8	1.061	322	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	22e	3.786	2.457
Crédito Tributário		1.061	322	Resultados de Exercícios Futuros		3.786	2.457
Imobilizado de Uso	10	688	420				
Outras Imobilizações de Uso		1.024	597				
(-)Depreciação Acumulada		(336)	(177)				
Imobilizado de Arrendamento Financeiro	7	20.178	4.611	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		99.186	98.665
Máquinas e Equipamentos		21.929	5.170	Capital Social	15	100.000	100.000
Superveniência de Depreciação		2.995	464	Ajuste de Avaliação Patrimonial	6d	(491)	1
(-)Depreciação Acumulada		(4.746)	(1.023)	Prejuízo Acumulado		(323)	(1.336)
TOTAL DO ATIVO		225.291	133.915	TOTAL DO PASSIVO		225.291	133.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do 2º Semestre Findo em 2018 e Exercícios Findos em 2018 e 2017

	NOTA	2ºSemestre	2018	2017
Receitas da Intermediação Financeira		16.571	31.043	15.765
Operações de Crédito	7b	10.424	19.058	11.642
Operações de Arrendamento Mercantil	7b	3.416	5.063	1.414
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5b	1.319	2.071	2.361
Resultado c/Títulos e Valores Mobil. e Instr. Fin.Derivativos	6f	1.412	4.851	348
Despesas da Intermediação Financeira		(11.739)	(19.120)	(2.182)
Operações de Captação de Mercado		(162)	(322)	(231)
Operações de Empréstimos e Repasses		(6.553)	(11.574)	(466)
Operações de Arrendamento Mercantil		(2.498)	(3.724)	(1.023)
Operações de T.V.M. e Instrumentos .Financ.Derivativos	6f	(1.631)	(1.837)	-
Provisão/Reversão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	7g	(895)	(1.663)	(462)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.832	11.923	13.583
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(3.491)	(9.179)	(10.808)
Receitas de Prestação de Serviços	20a	143	317	242
Despesas de Pessoal	20c	(4.398)	(8.610)	(7.796)
Outras Despesas Administrativas	20b	(1.679)	(2.900)	(2.584)
Despesas Tributárias	20a	(541)	(973)	(723)
Outras Receitas Operacionais	20a	2.984	2.987	53
Resultado Operacional		1.341	2.744	2.775
Resultado não Operacional	21	(19)	(110)	(1.379)
Resultado antes da Tributação		1.322	2.634	1.396
Imposto de Renda e Contribuição Social		(903)	(1.621)	(1.098)
Provisão para Imposto de Renda	17a	(31)	(377)	(339)
Provisão para Contribuição Social	17a	(373)	(702)	(355)
Crédito Tributário Diferido		164	268	(404)
Ativo Fiscal Diferido		(486)	(633)	-
Participação nos Lucros		(177)	(177)	-
Resultado do Período		419	1.013	298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2018 e 2017

	Capital Social	Reserva de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	100.000	-	-	(1.634)	98.366
(Prejuízo) do Semestre	-	-	-	(179)	(179)
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Impostos	-	-	10	-	10
Saldos em 30 de junho de 2017	100.000	-	10	(1.813)	98.197
Lucro do Semestre	-	-	-	477	477
Reserva Legal	-	15	-	(15)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Impostos	-	-	(9)	-	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	100.000	15	1	(1.351)	98.665
Lucro do Semestre	-	-	-	594	594
Reserva Legal	-	30	-	(30)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquido de Impostos	-	-	(40)	-	(40)
Saldos em 30 de junho de 2018	100.000	45	(39)	(787)	99.219
Lucro do Semestre	-	-	-	419	419
Reserva Legal	-	21	-	(21)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Instrumentos Financeiros Derivativos, Líquido de Impostos	-	-	(452)	-	(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.000	66	(491)	(389)	99.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa do 2º semestre de 2018 e de 31 de dezembro de 2018 e 2017

	<u>NOTA</u>	<u>2ºSemestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RESULTADO DO PERÍODO		419	1.013	298
Ajustes ao Resultado:		1.067	2.380	1.555
Depreciação Imobilizado	20b	122	200	105
Depreciação Arrendamento Mercantil		2.498	3.723	1.023
Provisão (Reversão) p/Crédito, Arrend. Merc. de Liquid. Duvidosa	7g	895	1.663	462
Superveniência de Depreciação		(1.943)	(2.532)	(464)
Constituição para Perdas com Bens não de Uso Próprio		100	100	26
Resultado na Alienação de Outros Valores e Bens		11	(14)	-
Resultado MTM dos Tít.Vrs.Mobiliários e Instru.Finan.Derivativos		(452)	(491)	-
Receita Juros de Tít.Vrs.Mobiliários Disponíveis p/Venda		-	(1)	(1)
Imposto Diferido		(164)	(268)	404
LUCRO/(PREJUÍZO) AJUSTADO DO PERÍODO		1.486	3.393	1.853
Variações Patrimoniais				
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais		(32.750)	(73.364)	(55.979)
Renda Fixa		-	5.084	(5.084)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		5	(3.261)	-
Operações de Crédito		(18.549)	(55.153)	(44.370)
Operações de Arrendamento Mercantil		14	14	(14)
(Aquisição) de Imobilizado de Arrendamento		(13.489)	(16.759)	(5.170)
Empréstimos		792	(1.294)	(299)
Outros Créditos e Outros Valores e Bens		(1.523)	(1.995)	(1.042)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais		34.214	90.861	32.750
Depósito a Prazo		113	269	5.157
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.495	1.495	-
Obrigações p/ Empréstimos e Repasses		82	(274)	8.009
Obrigações p/ Empréstimos no Exterior		30.977	86.167	16.634
Outras Obrigações		1.272	1.875	1.790
Resultados de Exercícios Futuros		275	1.329	1.160
ATIVIDADES OPERACIONAIS - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		2.950	20.890	(21.376)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO - CAIXA LÍQUIDO (APLICADO)		(145)	(427)	(137)
(Aquisição) de Imobilizado de Uso		(145)	(427)	(137)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.805	20.463	(21.513)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		38.405	20.747	42.260
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		41.210	41.210	20.747
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		2.805	20.463	(21.513)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Komatsu do Brasil S.A. (Banco) teve seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 04 de janeiro de 2016, bem como obteve sua inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda na mesma data, e sua autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil foi em 28 de abril de 2016.

O Banco está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos produzidos pela Komatsu e comercializados por sua rede de distribuidores no Brasil, através das modalidades de financiamento Finame (BNDES), CDC, Empréstimos e Arrendamento Mercantil. Como não está envolvido com outros produtos bancários de crédito ou de investimentos, é capaz de concentrar seus esforços na oferta de produtos e serviços específicos para seus clientes em condições de excelência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

✓ Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual p/Elaboração e Divulgação Relat. Contábil- Financeiro	CPC 00
✓ Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 01
✓ Resolução nº 4.524/16 – Efeitos das mudanças taxas câmbio e conversão de demonst. contábeis	CPC 02
✓ Resolução nº 3.604/08 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	CPC 03
✓ Resolução nº 4.536/16 – Ativo intangível	CPC 04
✓ Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 05
✓ Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações	CPC 10
✓ Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	CPC 23
✓ Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente	CPC 24
✓ Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	CPC 25
✓ Resolução nº 4.535/16 – Ativo Imobilizado	CPC 27
✓ Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados	CPC 33

Essas demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas em reunião de Diretoria em 28/02/2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, e reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base “pro-rata” dia.

Não são apropriadas as receitas de operações de crédito que apresentarem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal e/ou encargos.

Adicionalmente, as receitas e despesas foram reconhecidas segundo a Portaria MF nº 140/84 que estabelece normas às contraprestações de arrendamento mercantil que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período;
- Ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil; e
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez com prazo original igual ou inferior a 90 dias (entre a data de aplicação e vencimento do ativo) e quando de um resgate antecipado, apresentam risco insignificante de mudança do valor justo, sendo utilizado pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo **(Nota 4)**.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos até as datas dos balanços e, quando aplicável, são ajustadas a valor de mercado **(Nota 5)**.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

O Banco classifica seus Títulos e Valores Mobiliários na categoria “Títulos Disponíveis para Venda” e os apresentam conforme previsto na Circular nº 3.068/01 de acordo com as seguintes diretrizes:

- (i) **Títulos para Negociação** – adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos Disponíveis para Venda** – representados por títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado líquido dos impostos, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” **(Nota 6)**.
- (iii) **Títulos Mantidos até o Vencimento** – representados por títulos e valores mobiliários para os quais a Administração tem a intenção e a capacidade financeira para mantê-lo até o vencimento, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para “*hedge*” (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do Bacen. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (“*hedge*”) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- (i) **Hedge de Risco de Mercado** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- (ii) **Hedge de Fluxo de Caixa** – Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nesta categoria, bem como o item objeto de “*hedge*”, têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do “*hedge*” registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período **(Nota 6)**.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos que não atendam aos critérios do “*hedge*” tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

(f) Operações de Crédito, Obrigações por Empréstimos e Repasses

Para as Operações de Crédito, Obrigações por Empréstimos e Repasses estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos. As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN por meio da Resolução nº 2.682/99, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo) **(Nota 7f)**.

(g) Operações de Arrendamento Mercantil

As Operações de Arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato. **(Nota 7a)**.

(h) Provisões de Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

São constituídas em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das mesmas. O CMN estabeleceu por meio da Resolução nº 2.682/99, critérios a serem seguidos para análise de risco dos clientes com operações ativas e os parâmetros para constituição de provisão baseados na experiência passada e riscos específicos dos tomadores de crédito, natureza e finalidade das transações, características das garantias e valor **(Nota 7g)**.

(i) Bens não de Uso Próprio

Os bens recebidos em dação do pagamento em razão da execução de garantias vinculadas a operações de crédito, são registrados na rubrica "Outros Valores e Bens" e incluem provisões constituídas em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na realização.

(j) Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se a contratos de uso de licença de software apropriadas no resultado de acordo com os prazos de vigência dos contratos **(Nota 9)**.

(k) Imobilizado de Uso

Até dezembro de 2016 o imobilizado de uso foi registrado pelo custo de aquisição e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 20% para veículos, processamento de dados e 10% nos demais itens **(Nota 10)**.

A partir de janeiro de 2017 de acordo com a Resolução nº 4.535/16 do BACEN, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis a alocação e condição para seu funcionamento.

Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa operacional, considera-se vida útil do bem o período de tempo durante o qual o Banco Komatsu espera utilizar o ativo.

(l) Imobilizado de Arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada, que quando aplicável é calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria MF nº 140/84, com redução de 30% da vida útil. Consequentemente, o Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu, no período, provisão para superveniência de depreciação, classificada em “Rendas de Arrendamento Mercantil” equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas internas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89 **(Nota 7)**.

(m) Ajustes aos Valores Recuperáveis dos Ativos

O Banco adota a prática de executar testes nos valores de recuperação dos seus Ativos não financeiros de acordo com a Resolução nº 3.566/08, no mínimo uma vez a cada exercício, com o objetivo de verificar a existência de evidências de desvalorizações desses Ativos e consequente ajustes contábeis desses Ativos aos seus valores de realização.

(n) Outros Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social (Ativos e Passivos)

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos” e realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240 anuais. A provisão para a contribuição social é calculada à alíquota de 20%, (até dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda **(Nota 17a)**.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 20% para a contribuição social **(Nota 17b)**.

(p) Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados por valores conhecidos calculados com base em variáveis observáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata” dia.

(q) Resultado de Exercícios Futuros

Entende-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, dependa apenas, da fluência do prazo.

(r) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferido ativo. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

(s) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$) mil, que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(t) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN.

Em 31 de dezembro de 2018 o Banco não possui Ativos ou Passivos Contingentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, apresentado na demonstração do fluxo de caixa está constituído por:

Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017
Disponibilidades	18	12
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	41.192	20.735
TOTAL	41.210	20.747

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações em depósitos interfinanceiros estão demonstradas a seguir:

a) Composição das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2018	2017
Até 90 dias		
Não Ligadas	41.192	20.735
TOTAL	41.192	20.735

As aplicações e Depósitos Interfinanceiros possuem taxa de 96% e 99% do CDI e 99% do CDI em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	2ºSemestre	2018	2017
Até 90 dias			
Não Ligadas	1.319	2.071	2.361
TOTAL	1.319	2.071	2.361

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Classificação de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	2018					2017				
	Valor de Custo	Valor de Mercado/Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia	Valor de Custo	Valor de Mercado/Contábil	Marcação a mercado	Taxa %	Custódia
Títulos e Vires Mobil. Disponíveis p/ Venda										
Títulos Públicos (1)										
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	5.084	5.083	1	7,2	Selic
Instrumentos Financeiros Derivativos										
Diferenciais a Receber de "Swap"	3.090	2.760	330	8,29	Cetip	-	-	-	-	-
Diferenciais a Receber de "Swap"	590	502	88	7,61	Cetip	-	-	-	-	-
	<u>3.680</u>	<u>3.262</u>	<u>418</u>							
Diferenciais a Pagar de "Swap"	393	552	159	7,60	Cetip	-	-	-	-	-
Diferenciais a Pagar de "Swap"	587	659	72	8,26	Cetip	-	-	-	-	-
Diferenciais a Pagar de "Swap"	96	284	188	8,14	Cetip	-	-	-	-	-
	<u>1.076</u>	<u>1.495</u>	<u>419</u>							

(1) Título com vencimento em 01/01/2018

Para as categorias "Títulos para Negociação", "Títulos Disponíveis para Venda" e "Instrumentos Financeiros Derivativos", o valor de mercado foi apurado com base nos seguintes critérios:

Swap, com base nos valores referenciais de cada um dos parâmetros dos contratos, considerando o fluxo de caixa descontado a valor presente pelas taxas no mercado futuro de juros apurados com base nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, e destina-se a atender as necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição e riscos de mercado, moeda e juros.

Títulos Disponíveis para Venda – LTN é remunerada com base na Selic e destinava-se a atender as necessidades próprias da disponibilidade financeira do Banco.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco não apresentava títulos classificados como "Mantidos até o Vencimento e Negociação".

b) Hedge de Fluxo de Caixa e Risco de Mercado

Conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen as operações classificadas como "Hedge" são realizadas com instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista e são classificadas como "Hedge" de risco de mercado caso se destinem a compensar riscos decorrentes de variação no valor de mercado ou classificadas como "Hedge" de fluxo de caixa quando se destinam a compensar variação no fluxo de caixa estimado da instituição.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O resultado da marcação a mercado da estrutura designada como “Hedge” de risco de fluxo de caixa está contabilizado no patrimônio líquido, correspondendo um débito no montante de R\$ 491, líquidos dos efeitos tributários.

O “Hedge” é considerado efetivo quando compensam as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do objeto de “Hedge” num intervalo entre 80% a 125% de acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN.

A efetividade das estruturas dos “Hedges” de risco de fluxo de caixa é medida mensalmente, e estão em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

c) Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	Indexador	Notional	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap (Ponta Ativa)	Euro	19.470	19.605	19.579	26
Swap (Ponta Passiva)	Reais	(19.470)	(19.998)	(20.131)	(133)
Swap (Ponta Ativa)	Dolar	62.630	66.151	66.232	81
Swap (Ponta Passiva)	Reais	(62.630)	(63.154)	(63.913)	(759)
					(785)

d) Composição dos Instrumentos Financeiros Derivativos Ajuste ao Patrimônio Líquido

Ajuste ao PL MTM - Diferencial Swap	947	
Ajuste ao PL MTM - Empréstimos Exterior	- 55	Nota12
	892	
Líquido de Impostos IR/CS	(401)	
Total do Ajuste de Avaliação Patrimonial	491	

e) Análise de Efetividade do Hedge

Descrição	Exposição	Principal	Curva	Mercado	Ajuste ao MTM
Swap (Ponta Ativa)	Dolar	62.630	66.151	66.232	81
Captação	Dolar	(62.630)	(66.151)	(66.232)	(81)
Swap (Ponta Ativa)	Euro	19.470	19.605	19.579	26
Captação	Euro	(19.470)	(19.605)	(19.579)	(26)
				-	100%

f) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre	2018	2017
Rendas com Letra Tesouro Nacional	-	-	348
Rendas com Operações de Swap	1.412	4.851	-
Despesas com Operações de Swap	(1.631)	(1.837)	-
	(219)	3.014	348

g) Composição do Diferencial a Receber/(Pagar)

Descrição	Indexador	Valor Original	Curva	Mercado
Posição Ativa	Dolar	34.995	38.840	38.860
Posição Passiva	Reais	34.995	35.160	35.598
Diferencial de Swap a Receber				3.262

Descrição	Indexador	Valor Original	Curva	Mercado
Posição Ativa	Dolar	47.105	46.916	46.951
Posição Passiva	Reais	47.105	47.992	48.446
Diferencial de Swap a (Pagar)				(1.495)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL
a) Composição das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Operações Financiamento - CDC PRE	149.387	83,7	93.987	88,0
Operações Financiamento - FINAME	7.757	4,3	8.003	7,5
Operações Empréstimos	1.593	0,9	299	0,3
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	19.813	11,1	4.508	4,2
TOTAL	178.550	100,0	106.797	100,0

- (1) A Carteira está representada pelas operações de leasing pelo método financeiro, demonstradas pelo valor presente dos contratos, cujo saldo totaliza R\$ 19.813 (2017 R\$ 4.508) na data do balanço, conforme composição abaixo:

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2018	2017
Arrendamento a Receber	24.887	4.662
(Renda a apropriar de Arrendamento Mercantil)	(24.887)	(4.648)
Imobil. de Arrend. Líquido de Depreciação	20.178	4.611
Credores por Antecipação de Valor Residual	(365)	(117)
Valor Presente de Arrendamento Mercantil	19.813	4.508

b) Rendas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

Operações de Crédito	2º Semestre	2018	2017
Operações Financiamento - CDC PRE	9.830	17.868	11.314
Financiamento - FINAME	478	947	318
Operações Empréstimos	116	243	10
Operações de Arrendamento Mercantil	3.416	5.063	1.414
TOTAL	13.840	24.121	13.056

c) Composição por Setor de Atividade de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	2018		2017	
Setor Privado	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	17.453	9,8	13.448	12,6
Pessoa Jurídica	161.097	90,2	93.349	87,4
Serviços	74.274	41,6	50.433	47,2
Comércio	72.184	40,4	36.664	34,3
Rural	2.120	1,2	1.186	1,1
Indústria	12.382	6,9	4.853	4,5
Empresariais	137	0,1	213	0,2
TOTAL	178.550	100,0	106.797	100,0

d) Concentração dos principais devedores

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Principal Devedor	16.949	9,5	9.345	8,8
10 Maiores Devedores	48.554	27,2	26.086	24,4
50 Maiores Devedores	40.100	22,5	15.904	14,9
100 Maiores Devedores	36.439	20,4	22.429	21,0
Demais Devedores	36.508	20,4	33.033	30,9
TOTAL	178.550	100,0	106.797	100,0

e) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Faixas de Vencimentos

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas (1)	1.015	0,6	690	0,6
A Vencer até 30 Dias	6.636	3,7	3.885	3,6
A Vencer de 31 a 60 Dias	7.086	4,0	4.284	4,0
A Vencer de 61 a 90 Dias	6.870	3,8	4.143	3,9
A Vencer de 91 a 180 Dias	19.403	10,9	11.653	11,0
A Vencer de 181 a 360 Dias	34.872	19,5	21.064	19,7
A Vencer acima de 361 Dias	102.668	57,5	61.078	57,1
TOTAL	178.550	100,0	106.797	100,0

(1) O Banco possuía operações de crédito vencidas há mais que 90 dias em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

f) Classificação da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil por Níveis de Risco

Níveis de Risco	%Provisão Mínima Exigida	2018		2017	
		Valor		Valor	
		Operações de Crédito	Provisão	Operações de Crédito	Provisão
AA	0,00	480	-	394	-
A	0,50	46.791	234	31.206	156
B	1,00	126.731	1.267	72.640	726
C	3,00	3.542	106	2.260	68
F	50,00	-	-	297	297
H	100,00	1.006	1.006	-	-
TOTAL		178.550	2.613	106.797	1.247

g) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2018	2017
Saldo Inicial	1.247	785
Constituição de Provisão	1.665	462
Reversão de Provisão	(2)	-
Baixa para Prejuízo	(297)	-
Saldo Final	2.613	1.247

No período, o Banco possui operações baixadas para prejuízo, no montante de R\$ 297 em 2018 e (R\$ 0 em 2017), porém não existia operações renegociadas e recuperadas em ambos dos períodos.

8. OUTROS CRÉDITOS

	2018	2017
Rendas a Receber ⁽¹⁾	333	121
Impostos/Contrib.A Compensar	1.046	619
Crédito Tributário (Nota 17b)	1.664	994
Diversos ⁽²⁾	756	124
TOTAL	3.799	1.858

(1) Refere-se a valores a receber de subsídio.

(2) Refere-se basicamente a adiantamento de férias e operações a liquidar em D+1em 2018 e (Adiantamento de férias em 2017).

9. OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Despesas Antecipadas	30	139
Despesas Antecipadas ⁽¹⁾	30	139
TOTAL	30	139

(1) Refere-se a aquisição de licença de uso de sistemas de informação.

10. IMOBILIZADO DE USO

Itens	2018			2017		
	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Valor do Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Máquinas e Equip. de Uso	4	(3)	1	4	(2)	2
Móveis e Utensílios	181	(26)	155	89	(17)	72
Sistema de Comunicação	24	(9)	15	18	(4)	14
Sistema de Proces.de Dados	192	(121)	71	187	(63)	124
Sistema de Transporte	623	(177)	446	299	(91)	208
TOTAL	1.024	(336)	688	597	(177)	420

11. DEPÓSITOS

Os Depósitos a Prazo estão classificados de acordo com seus vencimentos contratuais com taxa média de juros pós-fixada de 95,5% do DI.

a) Depósito a Prazo - por Prazo de Exigibilidade

	2018		2017	
	1 a 3 anos	Total	1 a 3 anos	Total
Depósito a Prazo				
CDB -Pós Ligada (1)	5.426	5.426	5.157	5.157

(1) O Depósito a Prazo tem liquidez diária e pode ser resgatado a qualquer momento sem ônus à Instituição.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Obrigações por empréstimos no exterior, são representadas por recursos em moeda estrangeira, sobre os quais incidem encargos financeiros acrescidos de juros com taxas entre 7,89% a 8,29% a.a, somam o montante de R\$ 102.801 e (R\$ 16.634 em 2017 com vencimento em 10/2018)

2018					
	Principal	Curva	Mercado	Contábil	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior					
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Objeto de Hedge	82.100	85.756	85.811	85.811	(55)
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Não Objeto de Hedge (1)	16.695	16.990	-	16.990	-
Valor Total	98.795	102.746	85.811	102.801	(55)

2017					
	Principal	Curva	Mercado	Contábil	Ajuste ao MTM
Obrigações por Empréstimos no Exterior					
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Objeto de Hedge	-	-	-	-	-
Empréstimos em Moeda Estrangeira - Não Objeto de Hedge (1)	17.728	16.634	-	16.634	-
Valor Total	17.728	16.634	-	16.634	-

(1) Os empréstimos não objeto de Hedge foram contratados em moeda nacional, junto a uma Instituição Financeira no exterior, não apresentando risco cambial para o Banco Komatsu.

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recurso do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de juros de 2,10% a.a. com vencimento em 2023.

a) Obrigações por Repasses
No país - Instituições Oficiais

Programa	Remuneração a.a	2018		2017	
		até 1 ano	1 a 3 anos	até 1 ano	1 a 3 anos
FINAME					
Pós- fixado	TJLP +2.1% a.a	2.564	5.171	1.998	6.011

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos	5	20
Fiscais e Previdenciárias	2.249	884
Pagamento de Pessoal	1.953	1.471
Credores por Antecipação do Valor Residual	365	117
Provisão Despesas Administrativas	92	101
Fornecedores	198	400
TOTAL	4.862	2.993

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de Reais), divididos em 100.000.000 (Cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O Banco deve destinar 5% do lucro líquido do período para a constituição da Reserva Legal, até que esta alcance o limite de 20% do capital social realizado previsto em Lei. Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o mínimo de 25% será distribuído como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, devendo ter o destino que for determinado pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria.

A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, tenha direito a voto ou não, deliberar distribuição de dividendo e/ou remuneração sobre o capital próprio inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, observado o disposto no parágrafo 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório e/ou juros sobre o capital próprio, quantia não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, a cada período, após as deduções previstas no Estatuto e conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos da legislação pertinente, poderá ser incluído ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. A destinação dos lucros e pagamentos deverá ser determinada pela Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria conforme Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco não distribuiu dividendos em face do saldo do prejuízo acumulado.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do CMN, como segue:

Coligada do Grupo Controlador	2018	2017
ATIVO		
Rendas a Receber (1)	333	121
Komatsu Brasil International Ltda.	333	121
TOTAL	333	121
PASSIVO		
Pagamentos a Efetuar (2)	32	27
Komatsu Brasil International Ltda.	32	27
Depósito a Prazo - CDB	5.426	5.157
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	5.426	5.157
TOTAL	5.458	5.184
RESULTADO		
Rendas de Financiamento Subsidiado	2.018	1.135
Komatsu Brasil International Ltda.	2.018	1.135
Outras Despesas Administrativas (3)	(299)	(928)
Komatsu Brasil International Ltda.	(299)	(928)
Despesa de Depósito a Prazo	(315)	(227)
Komatsu Brasil Holding Financeira Ltda.	(315)	(227)
TOTAL	1.404	(20)

(1) Refere-se a recebimento de subsídio de taxas sobre operações de crédito.

(2) Refere-se a pagamentos a efetuar conforme contrato de compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

(3) Refere-se, basicamente, a compartilhamento de despesas gerais e administrativas.

Todas as transações entre o banco e partes relacionadas são efetuadas a preço e/ou taxas compatíveis com as praticadas pelo mercado, vigente nas datas das operações.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre		2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes da Tributação	1.322	1.322	2.635	2.635	1.396	1.396
(+) Adições Permanentes	314	25	613	39	642	642
(+) Adições Temporárias	551	551	1.574	1.574	727	727
(-) Exclusões Temporárias	(1.944)	-	(2.532)	-	(693)	(229)
Resultado Antes da Compensação	243	1.898	2.290	4.248	2.072	2.536
Realização/Constituição Crédito Tributário	(73)	(31)	(687)	(736)	(622)	(761)
Base de Cálculo IRPJ/CSLL	170	1.867	1.603	3.512	1.450	1.775
Alíquota Nominal (15% IRPJ)	26		240		218	
Alíquota Nominal (10% adicional - IRPJ)	5		137		121	
Total Imposto de Renda	31		377		339	
Alíquota Nominal (20% CSLL)		373		702		355
Total Imposto de Contribuição Social		373		702		355

b) Crédito Tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2018	2017
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social e Diferenças Temporárias	(4.043)	(2.274)
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de IRPJ e Diferenças Temporárias	(4.231)	(2.156)
Crédito Tributário IRPJ 25%	(1.058)	(539)
Crédito Tributário CSLL 20%	-	(455)
Crédito Tributário CSLL 15%	(606)	-
TOTAL	(1.664)	(994)

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Origem	2017	Constituição	Realização	2018
Crédito Tributário s/ Prejuízo Fiscal	(365)	-	318	(47)
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - PDD	(561)	(515)	-	(1.076)
Crédito Tributário s/ Adições Temporárias - Outras	(68)	(473)	-	(541)
Total de Créditos Tributários	(994)	(988)	318	(1.664)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Banco possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado a seguir. Esses créditos estão registrados em "Outros Créditos – Diversos", tendo em vista as estimativas dos créditos, face à projeção de lucros tributáveis baseada em estudo técnico que é revisto no mínimo semestralmente (30 de junho e 31 de dezembro).

Os principais fatores que fundamentam a projeção de rentabilidade futura para os próximos 4 anos são:

- ✓ Premissas básicas aderentes ao plano estratégico do Banco e ao cenário macroeconômico atual;
- ✓ Projeções de resultado compatíveis com os negócios, estratégias e estruturas operacionais e de capital;
- ✓ Crescimento da carteira de crédito e dos "spreads" aderentes às expectativas de mercado;
- ✓ Incremento nas receitas de prestação de serviços, tarifas e outras receitas, compatíveis com o mercado e com a estrutura de produtos oferecidos pelo Banco; e
- ✓ Estimativa de despesas e custos operacionais baseada na inflação projetada e nas necessidades operacionais da Instituição.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas.

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre os estoques de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a Taxa Selic projetada ano a ano, para os próximos 2 anos, aplicada sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes na data do balanço.

Ano de Realização	Valor	Valor Presente	% de Realização
2019	603	566	36,2%
2020	823	715	49,5%
2021	238	304	14,3%
TOTAL	1.664	1.585	100,0%

18. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Como em toda atividade bancária, as operações do Banco Komatsu do Brasil S.A. estão sujeitas a vários tipos de riscos, sendo assim, a alta administração da instituição considera a gestão de riscos e compliance essenciais para o bom desempenho e continuidade de negócios.

A área de gestão de riscos e compliance do Banco atua de maneira integrada e está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações, de forma a atender às boas práticas de mercado e às disposições da regulamentação em vigor.

O processo de gerenciamento de riscos e compliance conta com a participação de todas as camadas hierárquicas do Banco, que abrange desde as unidades de negócio até a Diretoria e seus Comitês.

O Banco possui um Comitê de Riscos e Compliance que tem como principal atribuição o aprimoramento das ferramentas de controle e processos, acompanhamento, monitoramento dos riscos da Instituição, aprovação de novos instrumentos normativos e políticas internas.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos e relatórios de transparência estão disponíveis na aba Governança na página da Instituição na web, no endereço: www.bancokomatsu.com.br.

a) Risco de Crédito

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de crédito, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O Banco utiliza modelo próprio de classificação do risco de crédito onde são considerados aspectos quantitativos e qualitativos. A classificação de crédito baseia-se em informações tais como: a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação e avaliação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Os princípios de controle do Banco estão descritos nas políticas de risco que estão em constante desenvolvimento e manutenção.

b) Risco de Mercado

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de mercado, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

Por se tratar de um banco de nicho, operando basicamente no financiamento de bens da própria marca para pessoas físicas e jurídicas, o perfil de exposição ao risco de mercado da instituição é conservador. Os investimentos da tesouraria são restritos ao excedente de caixa, estão disponíveis para venda e não possuem finalidade especulativa, sendo assim, são registrados na carteira de não negociação (Banking).

A instituição utiliza instrumentos derivativos de *hedge* para proteger suas operações, sujeitas a variação cambial. A estratégia consiste exclusivamente em compensar os riscos de variações de preços de mercado, não assumindo nenhuma posição especulativa.

O capital mínimo requerido para cobertura do risco das exposições sujeitas à variação de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RRBB) é calculado mensalmente através da metodologia EVE (*Economic Value Equity*) de acordo com preceitos a Circular No. 3.365/07 do BACEN.

c) Risco de Liquidez

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

As políticas e procedimentos internos de gestão de riscos visam cobrir o:

Risco de liquidez operacional, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente às despesas administrativas;
Risco de liquidez de financiamento, oriundo da necessidade de caixa para fazer frente à contratação de novos negócios de acordo com o planejamento estratégico da Instituição;

Risco de liquidez associado ao risco mercado, oriundo dos descasamentos entre ativos e passivos da Instituição.

Tais políticas e procedimentos estabelecem parâmetros para a posição mínima de liquidez do Banco e possuem capacidade de mensurar se o banco está operando nesses parâmetros, gerando relatórios tempestivos à administração que permitem tomar decisões sobre liquidez e monitorar os resultados dessas decisões.

d) Risco Operacional

Em conformidade a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco operacional, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

O processo de monitoramento do Risco Operacional envolve toda a estrutura do Banco, iniciando-se com os colaboradores que identificam os riscos, os gestores de processos que avaliam os riscos, passando pela área de gestão de risco e comitê de riscos e compliance que determinam as ações para sua mitigação.

Os trabalhos de Auditoria Interna complementam tal processo, devendo constar dos seus relatórios a avaliação do sistema de controles internos e riscos.

Em conjunto com a área de gestão de riscos e compliance às demais áreas de negócios do Banco são responsáveis pela elaboração e cronograma dos planos de ação, cuja finalidade são de aprimoramento dos processos e controles internos. Os planos de ação são aprovados e acompanhados sistematicamente pelo comitê de riscos e compliance.

Com relação ao atendimento dos requisitos de Basileia, o Banco gerencia seus riscos operacionais utilizando a abordagem básica para alocação de capital.

e) Risco Socioambiental

Em conformidade a Resolução nº 4.327/14 do CMN, o Banco possui estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, cuja finalidade é de identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos inerentes às atividades da Instituição.

Na condução de seus negócios, o Banco possui política, procedimentos, e práticas que visam mitigar o risco socioambiental em toda a sua cadeia produtiva, desde o estabelecimento de canais de comunicação com clientes internos e externos até o monitoramento das atividades de seus clientes tanto no momento da aprovação de crédito quanto no decurso de relacionamento com a Instituição.

f) Gestão do Capital

Em conformidade com a Resolução nº 4.557/17 do CMN, o processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do Patrimônio de Referência (PR) e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para cumprir os limites operacionais detalhados na Resolução 4.192/13 do CMN, consiste no somatório do Capital de Nível I e Capital de Nível II, onde:

Capital de Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, contas de reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;

Capital de Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

19. ÍNDICE DE CAPITAL

O Índice de Basileia, de Capital Principal, Nível I e Nível II, são requeridos para garantir a solidez do Banco e com intuito de suportar o crescimento do negócio do mesmo. Tal Índice é calculado com base na relação entre os ativos ponderados pelo risco e o capital do banco.

BANCO KOMATSU DO BRASIL S.A.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O Banco segue as orientações preliminares e cronograma relativos à implementação no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III), de acordo com o Comunicado nº 20.615/11 do BACEN.

Os Índices de Capital estão sendo apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções nº 4.192/13 do CMN e nº 4.193/13 do CMN, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A avaliação e suficiência de capital é feita periodicamente com intuito de verificar se o patrimônio de referência é suficiente para os riscos tomados pelo Banco.

	2018	2017
Patrimônio de Referência	99.139	98.374
PR - Nível I	99.139	98.374
Capital Principal (CP)	99.139	98.374
Capital Social	100.000	100.000
Perdas ou Prejuízos Acumulados	(388)	(1.351)
(+) Reservas de Capital, de Reavaliação e de Lucros	65	15
(-) Deduções do CP Exceto Ajustes Prudencias	(47)	(290)
Ajuste ao Valor de Mercado	(491)	-
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	230.653	141.466
Risco de Crédito	206.937	118.293
Risco Operacional	23.716	23.173
Nível I	99.139	98.374
Capital Principal (CP)	99.139	98.374
Patrimônio de Referência	99.139	98.374
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	19.894	13.086
Folga em Relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	79.245	85.288

As Instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 6,25% dos seus ativos consolidados ponderados por graus de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2018 o Banco está enquadrado neste limite operacional, onde o índice de capital corresponde a 42,98% (69,54% em 2017).

Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º exercício de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do BACEN, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantida pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). O índice de Alavancagem do Banco Komatsu do Brasil é de 41,80% (73,68% em 2017).

20 OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras Receitas /(Despesas) Operacionais

	<u>2º Semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de Prestação de Serviços	143	317	242
Outras Receitas Operacionais (1)	2.984	2.987	53
Despesas Tributárias	(541)	(973)	(723)
TOTAL	<u>2.586</u>	<u>2.331</u>	<u>(428)</u>

(1) Refere-se basicamente a Variação Cambial das operações de Empréstimos no Exterior realizados no exercício de 2018.

b) Outras Despesas Administrativas

	<u>2º Semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de Processamento de Dados	451	725	586
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	387	853	973
Despesas de Serviços Sistema Financeiro	233	303	207
Outras Despesas Administrativas	156	258	220
Despesas com Transportes	15	30	92
Despesas de Comunicação	59	114	110
Despesas de Viagens	107	128	41
Despesas de Publicações	21	45	84
Despesa de Depreciação	122	200	105
Despesa c/ Seguros	59	115	67
Despesa c/Emol.Judiciais e Cartorários	69	129	99
TOTAL	<u>1.679</u>	<u>2.900</u>	<u>2.584</u>

c) Despesas de Pessoal

	<u>2º Semestre</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos e Ordenados	3.053	5.959	5.513
Encargos Sociais	879	1.794	1.525
Benefícios	459	847	657
Treinamento	7	10	101
TOTAL	<u>4.398</u>	<u>8.610</u>	<u>7.796</u>

21 RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Refere-se ao ganho na venda de veículo de frota, a perda na desvalorização de alienação de bens e ao valor de imobilizados doados a empresa do grupo, no montante de (R\$ 100) e (R\$ 10), respectivamente, para o período de 31 de dezembro de 2018. O montante de (R\$ 1.379), refere-se ao prejuízo em transações com valores e bens em 31 de dezembro de 2017.

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Benefícios a Funcionários

O Banco oferece aos seus empregados os seguintes benefícios: seguro de vida, seguro saúde, vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte. Nenhum destes benefícios é considerado como parte integrante do salário.

O Banco não possui planos de benefícios pós-emprego, benefício de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações, e não contribui com planos de previdência privada ou complementar.

b) Participação nos Lucros – Funcionários

O Banco concede o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, de acordo com os parâmetros da legislação vigente.

c) Remuneração de Pessoal Chave da Administração

A Resolução do CMN nº 3.921/12 tem como objetivo principal regulamentar e institucionalizar as políticas de remuneração dos administradores de Instituições financeiras, assegurando seu alinhamento à política de gestão de riscos do Banco, no sentido de coibir comportamentos que possam ser considerados desalinhados dos níveis de segurança e de prudência desejados. A referida Resolução estabelece diretrizes sobre os programas de remuneração variável, e também as responsabilidades na aprovação, operacionalização e divulgação das políticas de remuneração, bem como a criação de um comitê de remuneração.

Alinhando às regras da referida Resolução, a remuneração dos administradores do Banco, são baseados, (i) nas responsabilidades dos Administradores, considerando os diferentes cargos ocupados e as funções que desempenham; (ii) no tempo dedicado às suas funções; (iii) na competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) ao valor de seus serviços no mercado.

Os administradores do Banco são remunerados através de Pró-Labore ou salários quando registrados sob o regime CLT, que estão apresentados na rubrica despesas de pessoal. A instituição trabalha no momento com remuneração variável.

d) Ativos e Passivos Contingentes

O Banco não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável e possível.

Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

e) Resultado de Exercícios Futuros

Refere-se as receitas dos contratos com taxas subsidiadas pela Komatsu Brasil International Ltda.

f) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Concluimos que para o período de 2018 e 2017, não houve eventos subsequentes.